

MINAS

minas@hojeemdia.com.br - BELO HORIZONTE, QUINTA-FEIRA, 4/2/99 - PÁGINA 1

→ Liminar garante aos índios reintegração de posse de **1.852 ha** ocupados por fazendeiros em Minas

Maxakalis ensaiam a festa

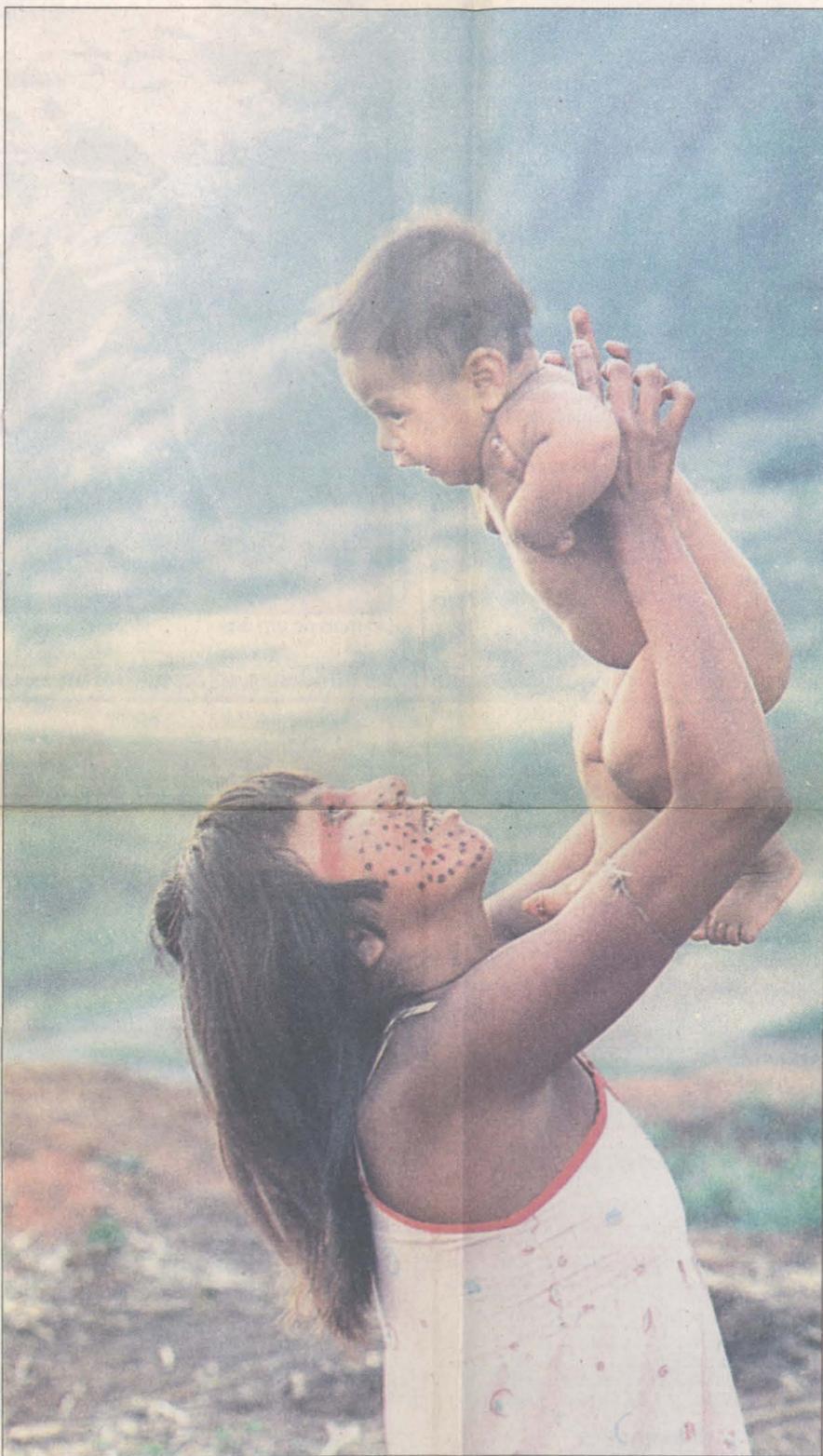
LUCIENE TAKAHASHI
 → REPÓRTER

Temporada de rituais de dança e canto para o povo Maxakali. É festa merecida. A juíza substituta da 16ª Vara Federal, Sílvia Elena Petry, acatou a liminar da Procuradoria da República em Minas Gerais, que garante a reintegração de posse da área de 1.852,55 hectares ocupada por fazendeiros, no Vale do Mucuri, que divide as terras dos maxakalis. A decisão judicial, que será publicada amanhã no "Diário Oficial", deve ser cumprida voluntariamente no prazo máximo de 30 dias. Essa foi a segunda tentativa da Procuradoria para apressar o processo de reintegração de posse, aberto no ano passado. Ela cabe recurso ao Tribunal Regional Federal (TRF). O processo pode parecer novo, mas a história é antiga e cheia de conflitos.

A área - demarcada em 1993 - estava homologada pela Presidência da República desde outubro de 1996. O Governo federal chegou a liberar recursos para indenização das benfeitorias feitas pelos fazendeiros, cuja ocupação foi considerada de boa-fé, mas o grupo se recusou a deixar a área. O principal argumento de defesa dos fazendeiros são os títulos concedidos a eles ilegalmente pela Ruralminas. Desde a metade do século, o povo Maxakali briga pela terra e enfrenta há quase duas décadas conflitos constantes com os ocupantes da área que divide as reservas Água Boa e Pradinho.

O esfacelamento da área atingiu em cheio a economia tradicional dos índios, que é baseada na caça e pesca. Com a sobrevivência comprometida, os maxakalis vivem atualmente de cestas básicas distribuídas pela Funai e enfrentam sério problema com o alcoolismo. Desde a década de 80, eles têm denunciado a ação de jagunços armados, contratados pelos fazendeiros, que os impedem, inclusive, de transitar na área de conflito. A outra parte, que devastou a região para se dedicar prioritariamente à pecuária, denuncia saques por parte dos índios. As respostas são violentas: assassinatos e espancamentos. O clima é de tensão permanente.

O relato dos conflitos, um laudo antropológico recente e o paralelo feito pela Procuradoria da República mostrando perigosas semelhanças entre o "Caso Maxakali" e os antecedentes do genocídio cometido contra os xacriabás, em fevereiro de 1987, em Itacarambi, no Norte de Minas, foram as peças de sustentação da liminar bem-sucedida solicitada pelos procuradores Álvaro Ricardo de Souza Cruz e José Jário Gomes. Cabe recurso ao TRF, mas ele não tem efeito suspensivo. Ou seja, não poderá afetar o cumprimento da decisão da juíza Sílvia Elena Petry. Caberá à Polícia Federal a execução da operação de retirada dos ocupantes da área Maxakali após os 30 dias estipulados pela Justiça. Os fazendeiros que resistirem à ação da PF serão punidos, ainda, com multas de quatro salários mínimos/dia.



Índia maxakali brinca com o filho: briga pela terra remonta à metade do século

Polícia teme tensão e promete diálogo

RÉGIS SANCHES
 → REPÓRTER

Sob um clima de tensão latente entre fazendeiros e índios maxakalis, a primeira providência da Polícia Federal será reforçar o policiamento na reserva. Logo após receber a notificação oficial da sentença da Justiça Federal, o delegado Roberto Lima, chefe-interino regional da PF em Governador Valadares, disse que o diálogo será a principal arma a ser usada para persuadir os 14 fazendeiros a desocuparem as áreas da reserva indígena. De acordo com a decisão da Justiça, vencido o prazo de 30 dias da decisão, a Polícia Federal, a contar de 5 de março, deverá proceder à desocupação da reserva.

"Primeiro, vamos ao local avaliar e tentaremos o diálogo. Se não agirmos desse modo, as consequências são imprevisíveis. Temos a prerrogativa de requisitar reforço das polícias Civil e Militar para montar uma megaoperação. Mas, nesse caso, como a situação é de tensão latente entre fazendeiros e índios, há sempre o risco de uma tragédia terrível", avaliou ontem o delegado Roberto Lima.

O policial ponderou que a situação será analisada somente hoje, quando reassume seu posto o delegado Sebastião Augusto de Camargo Pujol, titular da regional da PF de Valadares. "Tomamos conhecimento da sentença por meio da Funai, mas ainda não recebemos a notificação oficial de Justiça", disse Roberto Lima.

O chefe-interino da PF de Valadares acrescentou ainda que não iria revelar o contingente de policiais disponíveis para a operação. "Qualquer planejamento será feito somente após o recebimento da sentença oficial", disse o delegado. Ele afirmou ainda que "a situação no local está relativamente sob controle, sem registros recentes de atritos entre índios e fazendeiros".

Regional da Funai é pega de surpresa

ANA LÚCIA GONÇALVES
 → DA SUCURSAL

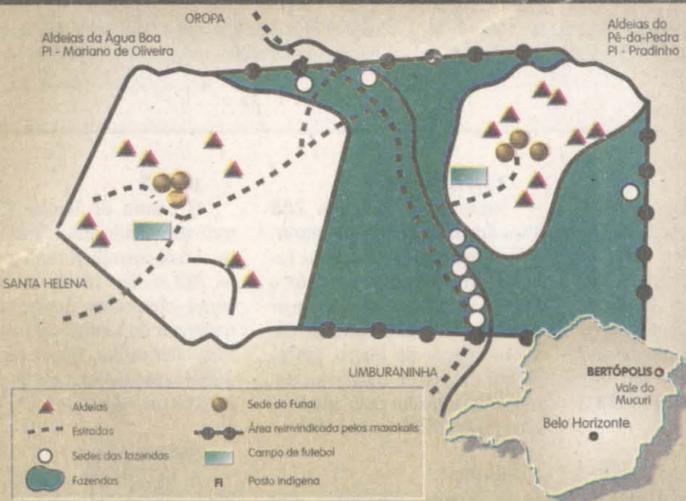
GOVERNADOR VALADARES - O administrador da Fundação Nacional do Índio (Funai), regional de Governador Valadares, Wilton Madson Andrade, foi pego de surpresa com a notícia da liminar da Procuradoria de Justiça que determina a desocupação das terras maxakalis, em Bertópolis. Ao ser informado pela reportagem do HOJE EM DIA, garantiu que a Regional da Funai não havia sido citada oficialmente pela Justiça Federal e que só depois disso se manifestaria sobre o assunto. No entanto, avisou que começa ainda nesta semana a trabalhar na elaboração do plano de desocupação da área, que deverá acontecer "nos mesmos moldes" da ação de desocupação da área indígena krenak, em Resplendor, no Vale do Rio Doce, em abril de 97.

Quatorze fazendeiros ocupam um corredor de 1.852,55 hectares dos 5,3 mil pertencentes aos índios maxakalis e se respaldam em títulos oficiais fornecidos pela Ruralminas e pelo Governo do Estado que, asseguram, lhes garantem a permanência na área. "Vamos trabalhar com serenidade e sem violência", disse Andrade. Para isso, adiantou, buscará o apoio da Polícia Federal e Militar, Justiça Federal e Procuradoria da República.

Os quatro oficiais da Justiça Federal que promoveram a desocupação dos cerca de 4 mil hectares da área indígena krenak receberam cobertura policial de um delegado e 20 policiais federais, além de dez funcionários da Funai, 12 agentes e quatro peritos.

"Nossa expectativa é que realmente haja reconsideração da tutela antecipada, o que significa que a decisão é mesmo para a desocupação. Os índios vão receber com festa esta decisão, mas vou aguardar um pouco mais, antes de avisá-los", disse Andrade.

CONHEÇA OS MAXAKALIS



- **Localização:** Vale do Mucuri
- **Perfil dos maxakalis:** seminômades, caçadores e pescadores. Constituem o único grupo indígena em Minas Gerais que fala exclusivamente a língua materna
- **Organização:** famílias extensas (sogros, pais, filhas, filhos casados e solteiros)
- **Sistema político:** centralizado (o chefe de uma família extensa configura-se como líder de seus agregados)
- **Tronco lingüístico:** Macro-Jê
- **Reserva Água Boa:** Santa Helena de Minas
- **Reserva Pradinho:** Bertópolis
- **Aldeias:** Água Boa - 2.412,69 hectares - 413 maxakalis - demarcada em 1941 Pradinho - 1.028,39 hectares - 467 maxakalis - demarcada em 1956
- **Área invadida:** 1.852,55 hectares. Fica entre as duas reservas, onde passa o Rio Umburatinha (ligado aos rituais dos índios) e o cemitério dos maxakalis
- **Fazendeiros que ocupam:** 14 (processo envolve os agregados)